



ÓRGÃO DA EXECUTIVA NACIONAL DO PT

Lula fala sobre a dívida em Bruxelas

Na condição de principal dirigente da oposição brasileira, Lula manifestou sua preocupação com a atenção unilateral dos países desenvolvidos, em especial da Comunidade Européia, para com o Leste Europeu. Ele acredita que na prática isto tem implicado em um esquecimento em relação aos países do Sul, especialmente da América Latina e África.

Página 7



BN entrevista Benedita da Silva

A secretária nacional de Movimentos Populares adverte que os militantes dos movimentos populares não têm espaço real de participação no Partido e propõe uma forma de organização que facilite a presença ativa desses militantes na vida partidária.

Página 12



Greve Geral

O Fórum Nacional contra a Recessão e a Fome liderado pela CUT e CGTs, convocou para os dias 22 e 23 de maio uma Greve Geral de protesto contra o governo Collor e sua política de arrocho e recessão. Veja a opinião de dois dirigentes petistas, Luis Gushiken, secretário nacional sindical, e Markus Sokol, secretário adjunto de comunicação, sobre a greve.

Página 6

Bancada Federal vai à Justiça

Para garantir direitos estabelecidos na Constituição nossa bancada ingressou com várias ações junto ao Supremo Tribunal Federal nas últimas semanas. As ações dizem respeito a seguro desemprego, casa própria, salários, renda mínima, negociações coletivas, reforma agrária e modernização do Congresso.

Páginas 9 e 10

O momento político

O documento de análise de conjuntura aprovado na reunião da CEN de 19 de abril está nas páginas 3,4 e 5. Porém, após esse período, ocorreram alterações na conjuntura como a queda da ministra Zélia Cardoso de Mello. Veja a análise de Perseu Abramo na página 3.

Jornal do PT deve sair no 2º semestre deste ano

Saiu o BN nº 54, no prazo previsto. Certamente, isto não é mais do que a nossa obrigação; mas de qualquer maneira, nos dá mais condições de garantir a seriedade do nosso propósito de manter a regularidade do nosso órgão informativo interno nacional.

Neste número começamos a pôr em prática a idéia de que o BN, além de divulgar as orientações nacionais do partido, veicule os debates que são feitos nas instâncias dirigentes, de modo que o funcionamento da direção nacional seja o mais transparente possível. Neste sentido, publicamos as opiniões de dois membros do DN - Luís Gushiken 1º vice-presidente e Secretário Sindical Nacional, Markus Sokol, membro da CEN, e Secretário Adjunto de Comunicação, sobre temas que têm sido objeto de debate no Diretório Nacional. Também estamos procurando valorizar a seção de cartas como espaço de expressão de opiniões da base do partido sobre os temas nacionais.

Jornal do PT

Além disso, está avançando a preparação do Jornal Nacional. A reunião do DN de 17/18/19/maio deverá definir os nomes dos membros do Conselho Editorial e do Editor, além do detalhamento do funcionamento da forma de direção do jornal. A Comissão Política da CEN elaborou uma lista de nomes para o Conselho Editorial e indicou para Editor o companheiro Rui Falcão, membro do DN, e jornalista de reconhecida competência profissional, além de Presidente municipal do PT de São Paulo. O DN, naturalmente, debaterá estas propostas.

Já está marcada para o dia 15 de maio, às 20:00 hs, na Sede Nacional do partido, em São Paulo, uma reunião para definir a pauta de um número zero do jornal e para distribuir as tarefas correspondentes. Vários jornalistas, petistas ou próximos ao PT, têm participado de discussões e demonstrado grande interesse em colaborar.

O número zero será feito com base no projeto de linha editorial aprovado pelo DN em 1990. A partir daí, poderemos testar a opinião do partido a respeito, verificar se é exatamente o que o partido quer; a partir das avaliações, das críticas, das sugestões feitas, será possível inclusive fazer ajustes no projeto.

Esperamos que a partir do número zero a discussão do jornal e a participação, até agora restritas ao DN e a jornalistas fundamentalmente de São Paulo, possa se ampliar para todo o partido e para setores próximos em todo o país. A Secretaria de Comunicação tem um projeto de realizar um Seminário Nacional (como foi feito em 1990).

Além disso, será também a partir do número zero que começaremos uma campanha nacional de assinaturas e de sustentação do jornal. Contaremos, nos primeiros meses, com uma parte fixa do orçamento nacional do PT; mas isto será apenas um empurrão inicial: a sustentação do jornal dependerá fundamentalmente da sua capacidade de conseguir apoio no partido e dos leitores.

Tudo está caminhando na direção de viabilizarmos nosso objetivo de começar no segundo semestre de 1991 a circulação regular do jornal.

ASSINE O BN

Para fazer sua assinatura basta enviar este cupom, com seu nome e endereço, e um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores - Rua Conselheiro Nébias, 1052 CEP 01203 - São Paulo/SP, Buletin Nacional

12 edições Cr\$ 1.800,00
(preço válido até 15/6)

NOME:

ENDEREÇO:

CIDADE:

CEP: ESTADO:

Para sair do imobilismo

"Mais do que nunca o povo sofre. Os desmandos do Governo Collor e mais precisamente a nova edição do Plano Collor II terminam por tirar dos trabalhadores as mínguas conquistas, até constitucionais, frutos de mobilizações onde o PT cumpriu papel fundamental. (...)

Preocupados com essa questão e diante da necessidade de esclarecer à população os descabros desse governo, tomamos a iniciativa de elaborar um panfleto que distribuímos na base de atuação de nosso Núcleo. Mas uma política mais elaborada de combate tem que ser formulada pelo Partido como um todo através da Direção Nacional. Salientamos que não basta negar o projeto e sim apontar propostas alternativas, um jeito diferente de governar. (...)

Nos dirigimos aos companheiros na expectativa de sair desse imobilismo, assumido de fato o papel que nos é conferido como um Partido de oposição cujo projeto é antagônico a esse que aí está, pois vislumbra a construção de uma sociedade socialista em cujo termo está intrínseca a Democracia e a Igualdade. O 1º Congresso, localizado nessa conjuntura, precisa, no seu processo, responder a essa necessidade concomitantemente à discussão interna do Partido. Nesse sentido, é fundamental que:

1. O PT, em conjunto com as entidades civis, sindicais e os movimentos sociais organizados, viabilize uma discussão com toda a sociedade de um projeto alternativo para o país.
2. O governo Paralelo, que até então não se colocou, passe a res-

ponder concretamente a esses desafios, apontando saídas contra a crise econômica e o arrocho, num projeto nacional que valorize suas forças produtivas.

3. Os parlamentares, atuando enquanto bancada, se coloquem como porta-vozes desse projeto, construindo com os demais partidos de oposição uma frente para desmontar a pretenciosidade desse governo em impor uma política recessiva à já sofrida população brasileira.

4. Os canais de comunicação do PT com a sociedade, sejam as administrações municipais, o legislativo, representantes do movimento sindical, usem o espaço da imprensa e outros com essa perspectiva.

5. A fluência de todo esse processo seja interligado à base partidária, através de plenárias e debates em todo o território nacional, para que possamos, cada um, responder de forma incisiva às cobranças que a população tem nos feito.

Essa contribuição inicial reflete principalmente o patamar em que hoje nos encontramos, mas nos colocamos enquanto sujeitos políticos que desenvolvem o projeto partidário na região de nossa atuação, disposto a amadurecer essa discussão com o conjunto do Partido. Por outro lado não podemos deixar de cobrar a responsabilidade que a direção de um Partido em cujo projeto 31 milhões de brasileiros acreditaram, tem nesse processo.

SP, 16 de março de 1991
PT Núcleo Rio Pequeno

BN responde:

Agradecemos a sugestão da linha de atuação do partido. Resolvemos publicar a carta no BN, que queremos transformar também, além de um órgão de informação sobre as orientações nacionais do PT, em um espaço de debate destas orientações.

Por outro lado, acreditamos

que, no fundamental, muitas sugestões encaminhadas estão já sendo colocadas em prática. Por exemplo, o DN incluiu na pauta do 1º Congresso a formulação de um projeto petista para saída da crise, o Governo Paralelo tem trabalhado justamente nesta direção, e a bancada federal tem se articulada mais como DN e o Governo Paralelo na apresentação de propostas



O BOLETIM NACIONAL é uma publicação mensal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores
Rua Conselheiro Nébias, 1052 CEP 01203 - São Paulo/SP fones: (011) 223 7999/7904/7394 ou 222 2956/2875/6986
Secretário de Comunicação
João Machado

Secretário Adjunto
Marcus Sokol
Jornalista Responsável
Marisa Lourenço
Colaboradores
José Rocha Cunha, Marcia Milanesio,
Claudia Maas e Marliia Boschato
Edição Eletrônica
Página Laser - 572.2765
Fotolito e Impressão
Leitura
MAIO DE 1991 - Nº 54

O momento político em debate

O Governo Collor vem procurando modificar sua forma de governar e tenta fazer uma inflexão na sua política. Agora, o Governo busca apoio no Congresso Nacional e, principalmente, entre os governadores; abandona a tecla única da estabilização monetária e do combate à inflação e diversifica suas políticas econômicas e sociais; procura moderar o vezo publicitário e exibicionista do presidente. E, para tentar impedir que o Congresso limite seu poder de reeditar Medidas Provisórias, sofreia seu apelo a esses decretos imperativos.

Os grandes empresários, nacionais e multinacionais, continuam sendo os principais beneficiários do Governo Collor. Já não parecem, contudo, ser seus apoiadores unânimes. Manifestações de descontentamento de empresários nacionais, embora tímidas e indiretas, têm sido cada vez mais frequentes frequentes, principalmente contra o congelamento de preços e a recessão. E os grandes banqueiros internacionais não parecem tolerantes para conceder-lhes crédito, nem as multinacionais parecem mais tão interessadas em aplicar capital no

Uma ligeira fermentação agita as Forças Armadas. No dia 31 de março, os ministros militares elogiaram o golpe militar de 1964, embora reconhecendo alguns erros menores. Ao deixar a Chefia do Estado Maior das Forças Armadas, o gal. Jonas Correia fez um discurso político criticando as críticas políticas aos militares. No mais, os militares continuam apresentando ao público reivindicações de caráter econômico corporativo.

Os meios de comunicação de massa continuam com sua bandeira característica: a crítica a aspectos pontuais do Governo Collor, às vezes dura - como no caso da Previdência - mas sempre combinada com o apoio decidido às linhas fundamentais da política governamental (privatização, arrocho, redução do Estado, etc). E mantém os ataques sistemáticos de sempre ao PT, à CUT, às manifestações mais independentes e combativas do movimento sindical e popular.

O Congresso Nacional, com seu Fórum de Debates, procurou

constituir-se num interlocutor reconhecido tanto pela sociedade civil quanto pelo Executivo, mas ainda não conseguiu galvanizar o interesse do País enquanto polo de decisões a contrapor-se a Collor. Por outro lado, procura reestabelecer seu poder de outrora tentando limitar o poder imperial de Collor com restrições às Medidas Provisórias, que podem cair no Senado.

Há ligeiras alterações no quadro partidário. O PMDB fortalece-se enquanto partido, adotando, inclusive, o princípio da fidelidade partidária. O PSDB procura escapar à pecha de indeciso ou collorista e, formalmente, declara-se de oposição, com isso acirrando disputas internas latentes. O PTB, o PFL e partidos menores procuram constituir um bloco pragmático para barganhar posições no espaço governamental, em troca de apoio aos projetos do Executivo.

Cada vez mais a política real se faz em volta das relações patrimonialistas entre o Governo Central e os governadores de Estado. E pouco a pouco vão tomando forma os possíveis e prováveis projetos alternativos a Collor no campo da burguesia: Quêrcia, Brizola, talvez Covas.

O movimento sindical, embora ainda não consiga unificar suas lutas, deu nesse período algumas demonstrações de vitalidade. Várias greves, embora setoriais e econômicas, foram significativas. No momento, fala-se em greve geral, mas os preparativos ainda são pequenos. No campo recrudescceu a violência. E o movimento popular - embora registrando episódios isolados - continua fraco.

O PT e a CUT estão atualmente voltados para muitas atividades internas, preparatórias dos respectivos Congressos. O PT tem conseguido atuar quase exclusivamente no plano parlamentar, principalmente através de denúncias de corrupção e da defesa de bandeiras que dizem respeito à moralidade da coisa pública. O Governo Paralelo conseguiu um certo realce, ao apresentar dois projetos sobre a questão agrária.

As grandes novidades da conjuntura das últimas semanas foram o chamado "escândalo da Previdência Social" e a avalanche de

ações judiciais tentando desbloquear os cruzados novos.

Iniciado como uma jogada publicitária do Governo (a "caça aos marajás" da Previdência), logo o caso da Previdência Social ameaçou virar-se contra o Governo (listas erradas, descoberta de fraudes, etc). Mas, habilmente, o Governo conseguiu dar a volta por cima e capitalizar para si os rendimentos do fato, com a ajuda dos meios de

comunicação, que aproveitaram a oportunidade para incentivar a desmoralização do Estado e a privatização da seguridade.

No caso dos cruzados novos, os tribunais de todo o País parecem querer insurgir-se contra as constantes violações constitucionais do Governo Collor. Mas este ameaça recorrer ao STF para invalidar as sentenças - favoráveis à libertação - das instâncias menores da justiça.

A queda de Zélia

O documento de análise de conjuntura publicado nesta e nas páginas seguintes foi aprovado na reunião da Comissão Executiva Nacional de 19 de abril e refere-se ao período de 15 de março a 15 de abril.

Após esse período, porém, ocorreram várias alterações na conjuntura - ainda não oficialmente analisadas pelas instâncias partidárias - mas que precisam ficar aqui registradas. A principal delas ocorreu na segunda semana de maio: a queda da ministra Zélia Cardoso de Mello.

Embora não tenham sido inteira e cabalmente explicadas as razões, e não obstante ser ainda cedo para conhecer as diretrizes do novo ministro Marcílio Marques Moreira, essa mudança foi a mais significativa, até agora, de toda a gestão Collor. Zélia caiu por três ordens de fatores, não necessariamente nessa ordem, mas cuja heterogeneidade bem condiz com o *ethos* do Governo Collor: 1) intrigas de alcova e caserna; 2) disputa por interesses econômicos privados; 3) razões de macro política principalmente relacionadas com o descontentamento de empresários nacionais e credores internacionais.

Zélia Cardoso de Mello não saiu sozinha do ministério: levou consigo quase toda a equipe econômica, isto é, dezenas de economistas e técnicos. Isso obrigou o presidente Collor a fazer outras modificações no Governo, que provavelmente não estavam previstas para serem efetuadas agora: a mais importante delas é a ida de João Santana para a Infra-estrutura, o que, entre outras coisas, significou uma dupla promoção - política e funcional - e do antigo colaborador das esquerdas sindicais.

O novo Ministério da Economia - conservador, formalista, ortodoxo e tradicionalista foi aplaudido com risos e palmas pelos empresários - que tiveram peso, inclusive, na escolha dos novos nomes - e dos banqueiros internacionais. Essa circunstância, aliada a propósitos eleitoreiros ainda não inteiramente identificados, causou uma das maiores operações de marketing político contra o Governo Collor, aliás, que se caracteriza justamente por ter como uma de suas especialidades as operações de marketing político: a transformação da "megera" Zélia - autora da recessão, do confisco das cadernetas, do desemprego e do arrocho salarial - na "santa" Zélia, misto de heroína e de vítima. Se foi uma manobra, como tudo indica, foi manobra bem feita e tem alguns prováveis beneficiários futuros: Quêrcia é o mais provável, mas também não devem ser descartados Covas, Brizola ou Maluf.

A queda de Zélia não arrefeceu - ao contrário, instigou - os ânimos dos dirigentes sindicais combativos e da direção nacional da CUT, que intensificaram em todo o País os preparativos da greve geral, marcada para 22 e 23 deste mês de maio. Com Zélia ou com Marcílio, a greve geral é o protesto político da população brasileira à política geral do Governo Collor: recessão, desemprego, inflação, arrocho e crise social. É uma clara indicação de que se faz necessária e urgente uma política nova e diferente.

Perseu Abramo

O Governo Collor

O Governo Collor vem tentando liderar, coordenar e comandar o que se chama - com o conveniente eco dos meios de comunicação - de "entendimento nacional". Nesse sentido, o Executivo tomou a iniciativa de entregar chamado "Projeto" (Projeto de Reconstrução Nacional) ao Fórum de Debates do Congresso. Para aplicá-lo, defende mudanças imediatas da Constituição, e, através do ministro Jarbas Passarinho, procura costurar apoios no Congresso e fora dele.

Collor definiu onze prioridades para o "Projeto" - entre as quais a Previdência e os salários - e, ao mesmo tempo, autoridades federais ameaçaram punir empresas que aumentassem os salários dos trabalhadores.

O "Projeto", contudo, não conseguiu entusiasmar ninguém. A inflação aumenta, parecendo novamente fugir ao controle. E uma pesquisa do jornal "O Estado de S. Paulo" aponta queda na popularidade do presidente.

Para fortalecer-se e reverter o quadro momentaneamente desfavorável, o Governo tomou outras medidas. Liberou verbas para a ferrovia Norte-Sul (aparentemente, como parte do acordo com Sarney). Tentou resolver o problema da dívida pública de vários Governos Estaduais, inclusive os do PDT. No caso do Rio, Collor liberou cem milhões de dólares para a Linha Vermelha, e autorizou a rolagem da dívida do Estado. Isso pareceu criar um certo armistício entre Collor e Brizola; se a tendência confirmar-se, poderá ser uma barreira às pretensões de Quêrcia.

O Governo Collor conquistou um ponto importante com os governadores do Nordeste: prometeu verbas para os Governos Estaduais e reforçar o papel da SUDENE.

Mas o Governo Central tem um problema pela frente: vai ser difícil continuar atendendo às demandas estaduais, que se tornaram enormes exatamente por causa da recessão e da política econômica de Collor.

No caso da regulamentação das Medidas Provisórias para reduzir o poder presidencial, Collor obteve vitória formal, mas frágil: na votação da Câmara dos Deputados (20/3/91), o Governo obteve 178 votos, contra 4 abstenções e 247 votos contrários. Faltaram 5 votos para a vitória da oposição. E, com o fechamento da questão por parte da direção do PMDB, há o risco de, brevemente, Collor perder no Senado, nessa questão.

Na última semana de março estourou o escândalo da Previdência: o que começara, aparentemente, com uma "caça aos marajás", transformou-se na denúncia de fraudes milionárias em vários pontos do País e em vários níveis do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), sucessor do INAMPS e dos antigos IAPs.

Ainda há muitos mistérios cercando o fato: não se sabe quem divulgou a lista inicial de marajás, que estava incorreta. Também não se sabe direito quem quer a privatização da Previdência; os ministros Magri e Santana negam que o

Governo queira privatizar, mas sindicalistas de várias correntes fazem essa denúncia.

O escândalo da Previdência gerou uma pequena "crise" ministerial. João Santana, secretário da "Reforma Administrativa", passou a dirigir de fato a Previdência e já baixou vários decretos para "moralizar" essa atividade. Começou a "fritura" de Magri, houve demissões e prisões. O Congresso criou uma CPI (na qual o PT é representado pelo deputado federal Eduardo Jorge) mas que parece ter desistido de apurar as fraudes e quer limitar-se a apresentar propostas para aumentar a arrecadação do órgão.

Todavia, apesar da inocuidade das medidas adotadas pelo Governo, este aparece, no imaginário popular - e graças às empresas de comunicação - como "vítima" ou "herói" do escândalo, e não como o culpado mais provável.

O Governo Collor continua tentando conquistar espaço no campo social: a Legião Brasileira de Assistência distribuiu cestas-básicas de alimentos a cinco mil famílias; o ministro Cabrera desapropriou 4 fazendas (7.000 ha) no MS, prometeu desapropriar novas áreas no Bico do Papagaio e sorteou lavradores para assentamento de terras; além disso, recebeu de forma simpática os projetos alternativos de reforma agrária e política agrícola apresentados pelo Governo Paralelo no dia 10 de abril.

No período considerado, o prestígio político do Governo Collor oscilou: se o escândalo da Previdência fez periclitar o apoio dos senadores às Medidas Provisórias e aumentou o desgaste na imprensa, por outro lado Collor procurou aproximar-se dos tucanos, viu o governador do Ceará. Mas o PSDB vive um momento de tensão, o que pode afastar o interesse de Collor. Este foi obrigado, porém, a adiar uma pretendida unificação de bancadas e lideranças governistas no Congresso. O Governo prepara-se para apresentar projetos de taxaçaõ das grandes fortunas, de organização sindical e política salarial (este, parecido com o da CUT). Mas ao mesmo tempo renegotiou dívidas de usineiros em condições extremamente favoráveis a estes últimos. O Governo também adotou medidas para facilitar a concessão do crédito rural.

No campo internacional, duas vitórias do Governo: Collor assinou um pacto de integração econômica que, a partir de 1995, poderá criar uma espécie de mercado comum entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai; na primeira semana de abril, os emissários de Zélia Cardoso na Europa finalizaram acordos com credores privados; embora esses acordos, basicamente, sejam "acordos" para pagar (oito bilhões de dólares a credores privados) e não para receber, talvez sua assinatura possa atrair capitais estrangeiros, o que é sempre bem visto pelo empresariado e por grande parte da classe média.

O Governo Collor, enfim, procura retomar sua "governabilidade", que pareceu periclitar há alguns meses atrás. E procura demonstrar, com habilidade, estar mais forte do que realmente é.

O empresariado

A FIESP - a mais poderosa "central" do empresariado - diz temer um "empobrecimento geral", em nota oficial de 4 de abril. Mesmo antes disso, vários indicadores já denunciavam dois fatos:

a) um freio aparente e momentâneo no processo recessivo, com a retomada de movimento de alguns setores econômicos, uma certa estabilização no ritmo de aumento da inflação e uma diminuição no ritmo de desemprego, que, todavia, permanece grande (1 milhão de desempregados em março, segundo o IBGE).

b) a procura, por parte dos empresários, de atuar diretamente no cenário político, além da atuação mediada pelo próprio Estado, pelos tradicionais "lobbies" de entidades da sociedade civil e pelos meios de comunicação de massa.

As últimas semanas de março e as primeiras de abril mostraram que, em 1990, o PIB caiu 4,6% em relação a 1989, e, ainda, várias outras coisas: os preços subiram 20,07% em fevereiro, na cidade de São Paulo; caiu o ritmo de desemprego industrial em São Paulo; os salários atingiram seu nível mais baixo desde 1985; a indústria paulista teve uma queda de 20,1% na produção, em janeiro; o custo de vida subiu 11,75% em São Paulo de 15/2 a 15/3; caiu a arrecadação do ICMS em São Paulo: 13,2% a menos, em março. E, segundo o IBGE, a atividade industrial caiu em 16,6%.

Não obstante, a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) prevê recuperação da indústria em abril e a FIESP prevê estabilização do nível de emprego ("Gazeta Mercantil" de 26.3.91). No Estado de São Paulo, as indústrias demitiram 20.000 empregados e os jornais assinalam que em março o desemprego cresceu.

Dentro desse quadro apreensivo, no dia 18 de março, Mario Amato, presidente da FIESP, encontrou-se com Lula, na sede do Governo Paralelo. O gesto teve uma dupla simbologia para a Fiesp: a busca de um "entendimento" por sobre a luta de classes, e uma velada crítica à política econômica do Governo Collor. De concreto, nada resultou desse encontro, como era de esperar-se. Mario Amato, em nome de um forte setor do empresariado, continua dizendo que apoia a equipe econômica. Em compensação, o PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) pela voz de seus líderes, inclusive o presidente Emerson Kapaz, critica a política econômica do Governo Collor.

As críticas partem, também, de outros empresários, naquilo que poderia parecer uma espécie de "desobediência civil".

As Forças Armadas

O fato mais importante no meio militar nestes últimos 30 dias foi a nota conjunta dos três ministros militares sobre o aniversário do golpe de 31 de março de 1964: num tom provocativo, os ministros declararam justo o movimento de 64 e afirmam apoiá-lo

integralmente, embora reconhecendo terem ocorrido alguns erros no processo. Apesar de seu significado, a manifestação militar teve pouca repercussão na imprensa.

O segundo fato significativo foi a tentativa de explicação, por parte de autoridades militares, dos incidentes de algumas semanas atrás na fronteira com a Colômbia. Aparentemente as explicações não convenceram, e continuam subsistindo muitas dúvidas sobre o significado real da batalha contra os colombianos. Não está afastada a hipótese de novos incidentes.

Além desses dois fatos, o movimento costumeiro de reivindicações corporativistas do meio militar: o ministro da Marinha pede aumento de salários para seu pessoal; o Clube Naval reivindica a equiparação salarial entre almirantes e ministros. Ocorrem algumas prisões de oficiais da reserva.

Na Polícia Militar de São Paulo, um incidente mais grave, embora localizado: um coronel denuncia os privilégios das altas patentes da PM e é punido por isso. Houve ameaças de paralisação da PM de S. Paulo.

Um dado que pode assumir significado futuro é o fato de que a Chefia do Estado Maior voltou a ser exercida por um general do Exército.

Meios de Comunicação

Durante o mês de março e a primeira quinzena de abril, os meios de comunicação atacaram duramente os grevistas da Petrobrás, a CUT e o PT. Com as chuvas e enchentes em São Paulo, seguidas da paralisação de ônibus urbanos, os ataques da imprensa concentraram-se na Prefeitura paulistana e no PT. Alguns jornais, como a "Folha da Tarde", chegaram a ser ofensivos em relação à prefeita e a membros do Governo Municipal.

Em Santo André, a imprensa ("Diário do Grande ABC") faz, há tempos, uma campanha sistemática contra a política tributária da Prefeitura petista e contra o prefeito, particularmente contra o aumento diferenciado do IPTU.

Quando os líderes da oposição parlamentar rejeitaram a idéia de submeter o Fórum do Congresso ao projeto de "entendimento" de Collor, praticamente todas as empresas privadas de comunicação passaram a dizer que o Fórum do Congresso tinha "acabado por causa das disputas partidárias e eleitorais".

Com o escândalo da Previdência, os meios de comunicação passaram a dar grande espaço a esse noticiário e, também, a: 1) - desgastar o ministro Magri; 2) - difundir a idéia da privatização da Previdência.

No dia 3 de abril, em Fortaleza (CE) os "seguranças" de Collor dissolveram uma manifestação (pequena) de protesto. Manchete do "O Globo": "CUT tumultua visita de Collor".

De resto, as empresas privadas de comunicação continuaram com suas campanhas sistemáticas pela defesa da iniciativa privada e da economia de mercado, pela redução do papel do Estado mesmo nas áreas sociais e pela tentativa de desmoralização das forças populares e democráticas.

Comércio" e os jornais do Grupo Folhas atacaram a Prefeitura petista de São Paulo. "O Estado de S. Paulo" criticou o que chamou de apoio de Brizola a Collor e o "Jornal do Brasil" destacou-se na investida contra os programas partidários de rádio e TV da Justiça Eleitoral.

Toda a chamada "grande imprensa nacional" (FSP, OESP, JB, OE e TV Globo) continua silenciando sobre as viagens e iniciativas de Lula em vários pontos do País.

Partidos e Forças da Situação

No campo da situação, ainda, ocorreram duas mudanças significativas. O PMDB, agora sob a direção de Quéricia, procura transformar-se em partido de fato e em partido forte. Nesse sentido, modificou seus estatutos para garantir a unidade e a fidelidade partidárias; além disso, Quéricia promete um expurgo no partido.

A direção do PMDB fechou questão e determinou que os senadores votem contra o Governo Collor no projeto das Medidas Provisórias, o que evidentemente aumenta a força política do PMDB como aliado ou interlocutor privilegiado do Governo. Na mesma linha, o PMDB já se manifestou contra a mudança da Constituição este ano, o que contraria as pretensões de Collor. Publicamente, Quéricia tem feito críticas pontuais a aspectos da política de Collor (criticou o "Projeto"), procurando conformar um projeto próprio de desenvolvimento político, econômico e social.

O segundo fato é a tentativa de o PTB e o PDS se constituírem, dentro do Congresso, num bloco auto-denominado independente - na verdade num bloco de apoio a Collor mas que vai querer obter vantagens grupais e pessoais desse apoio. Dada a composição atual do Congresso, esse "bloco", se se concretizar, poderá tornar-se o fiel da balança em certas votações. É, de certa forma, a criação institucional do fisiologismo parlamentar. Por outro lado, através do ministro Passarinho, o Governo Federal conseguiu até agora inviabilizar esse bloco pragmático, mas em compensação não logrou unificar as lideranças das bancadas pró-Collor. Não obstante, o congresso derrubou 7 vetos de Collor, beneficiando reivindicações do funcionalismo.

Sociedade Civil

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reunida em Itaipu, procurou o que se denominam "saídas para a crise". Não há, ainda, visão completa dos resultados da reunião, mas aparentemente manteve-se um certo equilíbrio, logrado nos últimos tempos, entre conservadores e progressistas, com ligeiro prejuízo para esses últimos. A Igreja Católica também parece acusar uma certa queda no seu secular prestígio, ao passo que outras Igrejas, de matriz protestante, estão cada vez mais fortes.

Na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) tomou posse o novo presidente - Marcelo Lavarene Machado - que fez

progressista, bem como duras críticas ao caráter inconstitucional das Medidas Provisórias de Collor.

Liderado por uma associação de Municípios - que realizou um Congresso Nacional - cresce no País um movimento de sentido cartorial, corporativo e fisiológico, para a prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores, e que tem o repúdio do PT.

O Partido dos Trabalhadores

No campo da oposição ao Governo Collor, a política petista conseguiu alguns avanços no período considerado (15/3 a 15/4 de 1991), embora o Partido tenha dado maior ênfase à atuação parlamentar que propriamente a luta popular, pelo menos em nível nacional. Além disso, o PT não conseguiu capitalizar a denúncia contra escândalos governamentais, como os da Previdência e do CNPq.

Ao conversar com o presidente da FIESP, sem se comprometer nem com o "entendimento nacional" nem com a conciliação de classes, Lula deu uma demonstração de firmeza e de reforço à oposição a Collor, mas combinada com abertura para o diálogo e capacidade de aglutinação política.

Na mesma linha, a Bancada Federal do PT teve duas expressivas vitórias políticas:

a) sua contribuição decisiva para a quase vitória parlamentar da restrição à reedição das Medidas Provisórias, na Câmara dos Deputados;

b) a caracterização do Fórum do Congresso como um Fórum de debate e não de "entendimento" e sua subordinação ao colégio de líderes e não à mesa do Congresso ou ao Executivo.

Também nos Estados houve várias iniciativas políticas do PT, tanto na área institucional quanto na área popular. Lula visitou o sul e o Nordeste do País, e fez vários comícios com boa repercussão pública local (mas ausente dos jornais "nacionais"). Esteve presente em reuniões do Fórum de Sindicalistas contra a Recessão em Brasília. Na Assembleia Legislativa de São Paulo os deputados petistas devolveram os carros até a regulamentação formal de sua utilização. Parlamentares federais e estaduais petistas fizeram várias denúncias e críticas aos Executivos (contra o refinanciamento da dívida dos usineiros, contra o projeto de Collor que estabelece o sigilo, contra 7 decretos inconstitucionais do governador Fleury, etc.). Além disso o PT realizou um encontro nacional de seus deputados estaduais.

O Governo Paralelo também tem tomado iniciativas, mas que não têm aparecido como deveriam na imprensa. A entrega dos projetos alternativos agrários do Governo Paralelo, por exemplo, constituiu-se em fato político significativo, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Ministério da Agricultura. No entanto, saíram só umas poucas linhas nos jornais principais. Além disso, vários coordenadores de áreas do Governo Paralelo disseram que essa circunstância tem sido sistematicamente omitida em artigos, entrevistas, declarações públicas e

O PT tem recebido cada vez mais ataques por atuação na área institucional. A face mais vulnerável do Partido nesse campo continua sendo a representada pelas Prefeituras petistas, principalmente a de São Paulo.

Em São Paulo, as chuvas, as enchentes, e, depois a paralisação dos ônibus, atraíram contra a Administração petista e contra o PT o ataque de toda a oposição, de todos os meios de comunicação.

O Movimento Sindical

O TST declarou abusiva a greve dos petroleiros (18/3), obrigou a volta ao trabalho e autorizou a Petrobrás a descontar os dias parados. Apesar disso, os petroleiros mantiveram a greve e as usinas - com uma única exceção, a de Belim (MA) - paradas, mas no dia 21 de março a greve terminou, após 24 dias de paralisação de 70% da produção; os marítimos da Pronap (frota de carregamento de petróleo) também terminaram sua greve de 5 dias.

No dia 26/3 terminou a greve de 20 dias dos serventários da justiça em São Paulo.

A greve mais espetacular do período, porém, foi a de motoristas e cobradores da CMTC e das empresas privadas de ônibus de São Paulo. Eclodiu no dia 21/3, durou até o dia 27, envolveu cerca de 60.000 grevistas, paralisou 90% da frota até o quinto dia e afetou o transporte de 6,5 milhões de pessoas. Houve depredações e prisões.

No começo de abril os metalúrgicos filiados à CUT suspenderam provisoriamente as negociações com a FIESP; 1.500 ferramenteiros da Volkswagen pararam e os frentistas dos postos de gasolina do Estado pararam por um dia obtendo reajuste (piso de 45.000 e 7% de produtividade).

No começo da segunda quinzena de abril, cem mil metalúrgicos paralisaram os trabalhos no ABCD, mas os 500.000 metalúrgicos de outras áreas do Estado voltaram paulatinamente ao trabalho, após a paralisação de alguns dias. Ainda em São Paulo professores de 1º e 2º graus e de algumas faculdades privadas fizeram greve por alguns dias, mas com poucas adesões. Motoristas do ABC e, em Recife, 480 funcionários da Rhodia, fizeram greves.

Jair Meneghelli anunciou sua candidatura à reeleição como presidente da CUT, que se prepara intensamente para o IV Congresso Nacional.

Caçandé Pegado, da CGT-2, anunciou a vinculação da central ao Partido Democrata Cristão.

A Força Sindical - a nova central, de Medeiros - constituiu-se formalmente e vem procurando obter apoio inclusive em áreas próximas à CUT. Medeiros e sua central tem obtido, dos meios de comunicação, um apoio escancarado, e, do Governo Federal, apoio discreto.

Começando a fazer uma ligeira inflexão nas atitudes tradicionais (sindicalismo de resultados), Medeiros tem procurado, cada vez mais, assumir publicamente atitudes políticas (auxílio às vítimas da violência no campo, críticas a Mario Amato e a Lula na frente da Fiesp, críticas a Magri no

Pouco a pouco, de fato, e sob os olhos complacentes da burguesia e do Governo, a Força Sindical parece ir se tornando um projeto político para contrapor-se à CUT e ao PT, e, provavelmente, com incidência na sucessão presidencial de 94.

Movimento Popular

Logo após a posse do governador Brizola, ocorreram ocupações de terras e de apartamentos no Rio, gerando críticas da oposição ao Governo. No desalojamento dos ocupantes, houve violências, o que foi utilizado pela imprensa de oposição para ataques a Brizola. Nas posses de governadores, em 15 de março, houve protestos contra a recessão e contra o Governo Collor, mas esporádicos (São Bernardo do Campo (SP), Joinville (SC), Fortaleza (CE)).

Com a nova lei do inquilinato, talvez possa registrar-se um ligeiro crescimento dos movimentos por moradia.

Por ocasião das chuvas e das enchentes em São Paulo e outros lugares, aumentaram os protestos populares, mas sem qualquer organização ou sistematização. No caso de São Paulo, o quebra-quebra do Largo Treze de Maio pode ter sido apenas um fato isolado.

O deputado federal Amatal Netto lança novamente uma campanha pública - e bem organizada - pela aprovação da pena de morte. No Congresso, líderes dos partidos de oposição - José Serra à frente - fazem a contra campanha. Mas boa parte da população pobre dos grandes centros e considerável parte da classe média provavelmente votarão a favor da pena de morte, se houver o plebiscito nesse sentido, e se ele for realizado sem ser precedido de uma ampla e improvável campanha de esclarecimento público. Os números de linchamento, em vários pontos do País, apontam nessa direção.

A crise econômica, porém, agrava-se, e como sua parte mais visível tem uma dramática fase social (o desemprego, a miséria, a fome, a desesperança, etc) não se afasta a possibilidade de aumentarem as lutas no campo e no movimento popular.

São Paulo, abril de 1991
Comissão Executiva Nacional



O PT e a Greve Geral

O Fórum Nacional contra a Recessão e a Fome, liderado pela CUT e CGT's, está convocando para os dias 22 e 23 de maio Greve Geral de protesto contra o governo Collor e sua política de arrocho, recessão, insegurança e fome. A decisão foi tomada no último dia 29 de abril em reunião na sede da CUT, em São Paulo.

A definição da data da greve geral se dá após uma série de iniciativas levadas a efeito pela CUT e pelo Fórum, entre elas as manifestações em nível nacional de 15 de março e as "jornadas de abril", propostas pela CUT e adotadas pelo Fórum. Entre as atividades das "jornadas de abril - rumo à greve geral" esteve o plebiscito nacional sobre o governo Collor em 25 de abril, cujos primeiros resultados já tabulados indicam uma clara rejeição a Collor e apoio à realização da greve geral contra a política do governo.

Este movimento tem um caráter social e não se restringe ao movimento sindical. Ele pretende obter a adesão tanto dos

trabalhadores urbanos e rurais quanto dos aposentados, estudantes, donas de casa, profissionais liberais, comerciantes, intelectuais, pequeno, micro e médio empresário, enfim, todos os setores sociais atingidos pela política desastrosa do governo Collor.

Em um ano de governo, Collor promoveu o rebaixamento de compra dos salários dos trabalhadores e dos proventos de aposentados e pensionistas; mergulhou o país na recessão, com uma enorme onda de desemprego; debilitou o já precário sistema de ensino e ameaça privatizar de vez a universidade; brindou o país com uma safra de escândalos de dar inveja aos integrantes do gover-

no anterior; para não falar da situação no campo, cada vez mais injusta e violenta. Não faltam, portanto, motivos ao conjunto da população para que se manifeste duramente contra esse governo.

Ficou constituído um comendo de Greve Geral integrado pelas 3 centrais e apoiado pelas entidades nacionais que compõem o Fórum (UNE, UBES, MST, etc). Até 10 de maio devem realizar-se assembleias por categoria, estudantis e de movimento popular. No início de maio ocorreram plenárias estaduais com o objetivo de organizar a participação de cada setor e do conjunto da população na greve geral

Para derrotar Collor

Nenhum entendimento é possível com o Governo Collor. Porque a única negociação que ele aceita é sobre como aplicar os seus planos. Que são os planos do FMI. É isto não podemos aceitar. Por isso fracassou o entendimento da CUT com Collor o ano passado. No fim, é por isso que caiu no vazio o tal Fórum do Congresso Nacional.

Esse governo passou em um ano de uma aceitação de 80% à uma perda de confiança de 70% nas pesquisas. A enurrada de ações na Justiça pelos cruzados indica o humor das classes médias. Até no Congresso seus vetos começaram a cair. Está bastante enfraquecido e razoavelmente isolado.

Entretanto Collor não recua. Ele tem sempre pronta "a única bala na cartucheira". Fracassado o Plano Collor I ele solta o PC-2. Desmoralizado o PC-2 ele anuncia nada menos que um Projeto. Collor é como um corredor louco que sabe que se parar

cai, então corre ainda mais. Quer dizer, se dispõe a ir mais fundo nos planos anti-populares do grande capital e, assim, renovar o apoio.

Mas Santos mostrou como Collor pode ser derrotado: pela Greve Geral. Isso se o PT ocupar seu lugar, na Prefeitura naquele caso. Claro, não é só o PT. Mas pelo lugar que ocupamos na sociedade temos uma responsabilidade decisiva.

Não podemos deixar as categorias isoladas serem derrotadas enquanto as estatais são privatizadas. Nem os rurais dispersos pelo país e os sem-terra abandonados à sua sorte. Ou os movimentos populares bloqueados pelo pagamento das dívidas pelos Prefeitos e Governadores. Me desculpem, companheiros, mas nada nisso "acumula hegemonia" nem para 92 nem para 94.

O que mais falta para começar a preparar a Greve Geral? Temos as Centrais Sindicais e o Fórum Contra

a Recessão e a Fome. Por que não lhes propomos a greve para derrotar o Governo? É um equívoco considerar isso "assunto sindical". Não foi em Santos. Não será no Brasil. Ao contrário, é assunto político, pois a política não se limita à institucionalidade.

A Greve Geral é assunto para o Governo Paralelo. Para deitar mais fundo as raízes da "alternativa de poder" (7º Encontro) que surgiu nas eleições presidenciais. Mas uma Greve Geral Prá Valer, não esses marca-desmarca da CUT, uma greve organizada de baixo para cima, com o PT entrando e o povo sentindo firmeza. Para derrotar Collor.

Markus Sokol
Membro do DN/Secretário
Adjunto de Comunicação



Caráter Social

população, exigindo do governo respostas e mudanças de atitudes em relação às suas reivindicações.

Assim, ela não pode ser encarada como atividade unicamente sindical. Ao contrário, ela é convocada pelo Fórum Nacional Contra a Recessão e a Fome com um caráter social, e deve receber a adesão de todos os setores da população massacrados

pela política do governo. É tarefa de todo o petista assumir um lugar à frente desse trabalho.

Deputado Luiz Gushiken
Secretário Sindical
Nacional do PT



O país vive uma situação de brutal aumento do arrocho salarial, do desemprego, da miséria e da violência social. O povo está a cada dia mais revoltado e desesperançado em relação ao governo, às instituições e aos mecanismos oficiais. A greve será um momento de afirmação as aspirações e necessidades dos trabalhadores e da

Lula fala em Bruxelas sobre a dívida externa

O presidente do Partido dos Trabalhadores, Luis Inácio Lula da Silva, esteve em Bruxelas entre 22 e 29 de abril, a convite do Movimento Operário Cristão, para falar perante os delegados ao congresso do MOC sobre a dívida externa do Terceiro Mundo.

Lula viajou acompanhado do secretário de Relações Internacionais do PT, Marco Aurélio Garcia, e cumpriu extensa programação que incluiu dois importantes contatos políticos: ele foi recebido por mais de uma hora pelo Primeiro Ministro belga, Wilfried Martens e pelo Presidente do Parlamento Europeu, o espanhol Enrique Baron Crespo. Nos dois encontros o tema central foi a situação do Brasil e dos países da América Latina.

Na condição de principal dirigente da oposição brasileira, Lula manifestou sua preocupação com a atenção unilateral dos países desenvolvidos e, em especial, da Comunidade Europeia, para com o Leste Europeu. Ele considera que, na prática, isto tem implicado em um esquecimento em relação ao "sul", especialmente da América Latina e África.

Ameaça à democracia

A ajuda ao Leste Europeu tem sido projetada em função da necessidade de reconstruir a democracia naqueles países até bem pouco tempo sob ditaduras de partidos único. O presidente do PT observou que também na América Latina o problema da construção democrática está na ordem do dia, não só porque a maioria dos países esteve até pouco tempo sob regimes militares, como, e principalmente, porque o empobrecimento crescente destas sociedades conspira permanentemente contra a democracia.

O dirigente petista reiterou a posição do partido sobre a dívida externa. A suspensão do seu pagamento, a realização de uma auditoria sobre a natureza dos débitos e a formação de um fundo para o desenvolvimento com os recursos originalmente destinados para pagar o serviço foram idéias centrais defendidas por Lula. Ele acredita que esta iniciativa deve ser levada adiante pelo conjunto de países devedores, criticando as tentativas de negociação unilateral.

Lula expressou em todos os contatos oficiais - e desenvolveu este tema diante de cerca de mil delegados ao Congresso do MOC - que o problema da dívida implica igualmente em mudança radical da atitude dos governantes e das classes

dirigentes da América Latina. Fica difícil - afirmou ele - pedir investimentos e empréstimos estrangeiros para o Brasil e outros países, quando se sabe que a burguesia latinoamericana provoca uma enorme fuga de capitais ou que seus governantes gastam muitos dos recursos obtidos no exterior em obras desnecessárias ou,

Lula e o primeiro-ministro belga, Wilfried Martens.



Enrique Baron, presidente do Parlamento Europeu, com Lula.

simplesmente, para seu auto-enriquecimento.

Lula desenvolveu, finalmente, a tese de que sem uma nova ordem econômica mundial o problema da dívida não terá solução. Mesmo que ela fosse totalmente anulada - explicou - com a manutenção das atuais regras do comércio e das finanças internacionais a tendência seria de que em dez anos mais uma nova e mais volumosa dívida reaparecesse.

Agenda Carregada.

O presidente do PT também esteve em Mons, a 50 km ao sul de Bruxelas para encontros com dirigentes dos Sindicatos Cristãos (CSC). Lá, ele foi homenageado por autoridades locais, diplomatas, ministros de Estado e os reitores das três universidades da região.

Lula manteve contato com as direções do Partido Socialista e do Partido Social Cristão, assim como da Internacional Democrata Cristã, que tem sede em Bruxelas.

Na área sindical, a delegação do

PT foi recebida não só pela Confederação dos Sindicatos Cristãos, que organizou junto com o MOC a visita à Bélgica, mas também pela FGTB, a outra central, próxima dos socialistas, que divide com a CSC a preferência do movimento operário belga.

Lula foi recebido pelo presidente da Confederação Europeia de Sindicatos, o luxemburguês Mathias Hinterscheid, e almoçou com John Vanderweken, presidente da CIOIS, com quem aprofundou a análise do movimento sindical brasileiro.

Na área da Comunidade Europeia, ele entrevistou-se com François Staedelin, o francês que preside o Comité Económico e Social, e com Tom Jenkins, dirigente sindicalista inglês que preside o Grupo de Trabalhadores no Comité.

Na impossibilidade de reunir-se com Jacques Delors, conforme havia sido previsto, tendo em vista a viagem deste para os Estados Unidos, Lula pôde conversar com De Miguel, e outros altos funcionários da Comunidade, para expor os pontos

de vista do PT e do Governo Paralelo sobre a situação do Brasil e da América Latina e dos meios de superá-la.

Antes do seu discurso no Congresso do MOC, quando também falaram o ministro das finanças belga e o presidente da F.A.O., organismo das Nações Unidas para alimentação e agricultura, Lula reuniu-se com mais de 150 brasileiros e latinoamericanos na Maison d'Amérique Latine. O tema principal deste caloroso encontro foi a situação do Brasil, as propostas do PT e as perspectivas do Primeiro Congresso do partido.

A visita de Lula teve repercussão em toda a grande imprensa belga, que reservou bons espaços para suas declarações formuladas em uma concorrida coletiva e em algumas entrevistas exclusivas. Destaque particular para sua aparição no principal canal de televisão belga falando sobre os temas centrais de suas conversações em Bruxelas.

No domingo, antes de partir para o Brasil, via Frankfurt, Lula e Marco Aurélio foram convidados para uma feijoada com brasileiros e belgas na casa de Maria Sueli Peres, petista residente em Bruxelas, e que serviu de intérprete para Lula em grande parte de seus compromissos.

Europeus e latinos discutem alternativas ao neo-liberalismo

De 18 a 22 de abril, em Viena, Áustria, o companheiro Aloísio Mercadante participou do Seminário "Perspectivas da América Latina nos anos 90: alternativas políticas e econômicas ao Neo-liberalismo", organizado pelos institutos "Karl Renner, do Partido Socialista da Áustria", "Ludvig Boltzmann para Pesquisas Contemporâneas sobre América Latina" e o "Instituto Austríaco para a Pesquisa e Educação pela Paz".

Esta conferência teve como objetivo conhecer os projetos alternativos ao neo-liberalismo para uma transformação da estrutura econômica e política na América Latina, assim como promover a discussão com participantes da Europa Oriental e Ocidental, sobre posições e propostas para uma estratégia comum.

Entre os participantes destacou-se a presença de Hugo Blanco (Perú), senador e dirigente da Confederação Camponesa do Perú; Xabier Gorostiza (Nicarágua), diretor do "Centro Regional de Investigación e Estudios Sociales" (CRIES); Luis Maira (Chile), membro do Partido Socialista do Chile; Antonio Navarro Wolf (Co-

lômbia), presidente da Assembléia Constituinte e dirigente da Alianza Democrática M-19; Ruben Zamora (El Salvador), dirigente da Convergência Democrática na Assembléia Nacional; Karen Jachaturov (União Soviética), membro do Comitê Central do PCUS; Guenter Dietrich (Áustria), deputado pelo Partido Socialista da Áustria; Gaby Gortwald (Alemanha), ex-deputada pelo Partido Verde; Adam Schaff (Polônia), vice-presidente do movimento "O Socialismo do Futuro"; Jean Ziegler (Suíça), deputado pelo Partido Socialista no Parlamento Suíço.

O companheiro Aloísio, que desenvolveu o tema "Propostas econômicas do Partido dos Trabalhadores do Brasil", considerou "extremamente enriquecedor" o debate desenvolvido, sobretudo por avaliar que, apesar da década perdida (na economia social) está havendo uma importante colheita política na América Latina, na perspectiva de apresentar alternativas de desenvolvimento e novas estratégias políticas de transformação.

PT participa da IV Conferência da Coordenadora Socialista

No dia 27 e 28 de abril deste ano, realizou-se em Santiago a IV Conferência da Coordenadora Socialista Latinoamericana. O companheiro Luis Favre, da comissão de relações internacionais, representou o PT nesse evento.

A reunião coincidiu com o 58º aniversário do Partido Socialista do Chile, permitindo que nosso partido participasse das comemorações políticas deste acontecimento histórico.

A IV Conferência Socialista contou com a participação das seguintes organizações: Partido Socialista Popular (Argentina), Movimento Bolívia Livre; PS (Uruguai), PSR (Peru) PS (Chile), PRD (México), PSB (Brasil) e PS (Equador), além do PT, que participa da Coordenadora como observador. Após o debate sobre "as mudanças na situação internacional e seu impacto na América Latina", adotou-se uma declaração

(veja trechos da declaração no box ao lado)

A Conferência fechou seus trabalhos elegendo um novo Presidente e Secretário Geral. Foram escolhidos os representantes do PS do Uruguai e do PS do Equador respectivamente.

A Conferência decidiu participar do II Encontro dos partidos e organizações de esquerda que se realizará no México do dia 12 ao dia 15 de junho, convocado pelos partidos do fórum de São Paulo e procurar estreitar os vínculos com a Internacional Socialista.

Por último, a Coordenadora Socialista propôs o ingresso na mesma da FSLN da Nicarágua, do M-19 da Colômbia e de outras organizações de esquerda. Ao mesmo tempo pretende intensificar seu relacionamento com a Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina (COPPPAL).

Solidariedade

Foi constituído o "Comitê de Solidariedade ao Povo Palestino" em ato realizado no dia 30 de abril, na Câmara Municipal, com a participação de diversos partidos políticos e organizações de solidariedade. O PT foi representado pelos companheiros José Genofino (líder da nossa banca-

da), João Machado (pela Comissão Executiva Nacional) e Nani Stuart (pela Secretaria de Relações Internacionais).

A próxima reunião será dia 15 de maio, às 19:30 horas, no Sindicato dos Jornalistas.

Participle.

Preparativos

Continuam os preparativos do III Encontro Latino Americano e do Caribe pela Solidariedade, Soberania, Autodeterminação e Vida de Nossos Povos, que será em São Paulo, nos dias 21, 22 e 23 de junho. Um ato de lançamento do Encontro está marcado para o dia 20 de maio, às 19:30 horas, no salão nobre da Câmara Mu-

nicipal de São Paulo.

As reuniões preparatórias continuam sendo realizadas as segundas-feiras, às 19:30 horas, no Anexo do Auditório Pedroso Horta, na Câmara Municipal.

Mais informações com Nilde no telefone 864-8977.

Declaração de Santiago

Em Santiago do Chile, nos dias 27 e 28 de abril de 1991, realizou-se a IV Conferência Política do Socialismo Latinoamericano, com o objetivo de examinar a atual situação mundial e latinoamericana, avaliar o trabalho realizado pela Coordenação Socialista nos últimos anos e programar as tarefas comuns para o futuro imediato.

A Conferência avaliou as profundas mudanças que tiveram lugar recentemente no cenário internacional e as tendências que vão dando forma a um novo cenário mundial deste final de século. (...)

O reconhecimento desta situação faz necessário e urgente imaginarmos formas políticas que permitam aos seres humanos desfrutar do processo ao invés de ser vítima dele. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia pode chegar a resolver para sempre os problemas de fome e desnutrição do mundo, melhorar o nível de vida, habitação e saúde de todos os seres do planeta, incrementar a participação e o acesso à cultura, ampliar o entendimento entre as nações. Porém isso não será fruto do crescimento descontrolado das forças produtivas, senão de uma organização democrática, solidária e capaz de promover um desenvolvimento orientado para a superação do ser humano e de suas formas de convivência.

Estes novos desafios fazem mais vigente do que nunca o socialismo e os princípios de democracia, liberdade, igualdade e solidariedade que são de sua essência.

As ideias socialistas, a partir da crise que sofreram os modelos burocráticos, centralistas e autoritários, afastados de nosso projeto, tem sido recentemente objeto de um forte questionamento, impulsionado pelo avanço da ideologia neo-liberal. Entretanto, a direita não resolveu nenhum dos graves problemas do continente e desenvolveu um projeto que, sob o pretexto de revalorizar o mercado como elemento indispensável na gestão econômica, pretende convertê-lo em centro de toda atividade social, subtraindo a sociedade civil das decisões que lhe compete adotar por vias democráticas. (...)

A proposta socialista latinoamericana está essencialmente fundamentada

na autodeterminação de nossos povos, no respeito a sua soberania e identidade e no princípio da não intervenção.

Nesse sentido, os socialistas latinoamericanos não podemos senão deplorar e condenar uma vez mais a intervenção militar norte-americana no Panamá, as contínuas acusações e hostilidades à República de Cuba e a estratégia militarista e intervencionista dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, reafirmamos nossa decisão de combater o narcotráfico, sem aceitar medidas unilaterais que lesem nossa soberania.

O socialismo latinoamericano também é profundamente partidário da integração de nosso continente. A Conferência reconheceu o fracasso das experiências de integração levadas em décadas anteriores, porém considera que, a partir da compatibilização de valores democráticos que está se consolidando na América Latina, é possível avançar regional ou subregionalmente em direção a projetos de integração e cooperação que tenham como eixo o melhoramento do nível de vida de nossos povos, o fortalecimento da democracia e a defesa e promoção dos direitos humanos o desenvolvimento tecnológico e produtivo, a ampliação de mercados e a cooperação política. A integração é além de necessária, uma tarefa urgente frente a tendência de regionalização excludente que hoje se percebe na economia mundial, onde nenhum país pode gravitar por si só, porém a região em seu conjunto pode e deve ter um papel. (...)

Finalmente, os socialistas latinoamericanos consideramos que estas propostas, na situação atual que vive a América Latina, são convergentes com as de outras forças políticas e desejamos participar e dialogar de modo permanente com elas, em busca de acordos que permitam o progresso de nossa região.

Partido Socialista Popular (Argentina)/ Movimento Bolívia Livre (Bolívia)/ Partido dos Trabalhadores (Brasil)/ Partido socialista Brasileiro (Brasil)/ Partido Socialista do Chile (Chile)/ Partido Socialista Equatoriano (Equador)/ Partido da Revolução Democrática (México)/ Partido Socialista Revolucionário (Peru)/ Partido Socialista do Uruguai (Uruguai).

Deputados vão à Justiça garantir direitos dos trabalhadores

A fim de garantir direitos estabelecidos na Constituição, nossa bancada ingressou com várias ações junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) nas últimas semanas. Uma é para assegurar os direitos previdenciários, que continuam esperando pela regulamentação, embora o prazo para isso já tenha se esgotado em 5 de abril. A ação é de inconstitucionalidade por omissão, contra os presidentes da República e do Congresso Nacional.

Ocorre que o Congresso aprovou no ano passado um Plano de Custeio e Benefícios da Previdência, incluindo várias propostas do PT. Mas o presidente da República vetou-o integralmente e apesar dos vetos não terem sido apreciados pelo Congresso o governo já enviou um novo Plano.

Os objetivos da ação são: 1) determinar prazo para que o Executivo e o Legislativo elaborem e promulguem o novo Plano da Previdência; 2) assegurar que nenhum benefício tenha valor inferior a um salário mínimo, pois trata-se de um dispositivo auto-aplicável da Constituição.

Além disso, a bancada entrou com denúncia contra a ministra Zélia por crime de responsabilidade pois a ministra admitiu que está retendo recursos da Seguridade Social. Só em 1990 essa retenção atingiu Cr\$ 832 bilhões.

O PT tem atuado com especial atenção na CPI das fraudes na Previdência. O deputado Eduardo Jorge (PT-SP), eleito presidente da subcomissão de arrecadação e fiscalização da CPI, tem conduzido os trabalhos de forma a esclarecer de fato as fraudes. O PT tem demonstrado, nas reuniões da CPI, que o grande fraudador da Previdência é o próprio governo, que sistematicamente deixa de repassar os recursos da Seguridade Social dos fundos do trabalhador. Além disso, nossa bancada apresentou projeto de Plano de Custeio e Benefícios da Previdência.

Seguro-desemprego

A bancada entrou também com mandado de segurança contra o desvio de Cr\$ 297 bilhões do seguro-desemprego. Desde sua posse o governo Collor vem retendo recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que administra o seguro-desemprego, para mascarar o déficit do Tesouro Nacional. A Ação exige que o dinheiro seja imediatamente repassado ao FAT. Pela lei, os repasses do PIS/PASEP ao FAT devem ser efetuados em dez dias. Se a



Bancada Federal

lei fosse cumprida esses recursos estariam sendo usados na qualificação de profissionais desempregados e para aumentar o número dos beneficiários - hoje, apenas 2,6 milhões do total de 6 milhões de desempregados têm acesso ao seguro-desemprego.

Casa própria

O Supremo Tribunal Federal concedeu, no dia 8 de maio, liminar em favor das ações de inconstitucionalidade do PT e do Procurador Geral da República, ambas contra os reajustes abusivos nas prestações da casa própria. O objetivo da ação apresentada pela bancada em nome do Partido é manter as regras de equivalência salarial. A lei 8.177 que institui os reajustes de 300% nas prestações do SFH é inconstitucional porque rompe unilateralmente as regras dos contratos em prejuízo dos mutuários.

A liminar é uma importante vitória dos mutuários e do PT mas depende ainda de uma nova votação do STF, que será em breve e que esperamos seja também favorável.

Salários

Nossa bancada apresentou uma proposta de política salarial e outra

para o salário mínimo, que além de tramitar como projetos de lei foram levadas ao Fórum Nacional de Debates. O projeto de política salarial prevê reajuste mensais iguais à estimativa da inflação para o mês em curso, devendo o governo fixar a estimativa no primeiro dia útil de cada mês. Ocorrendo resíduo inflacionário (diferença entre a inflação estimada e a efetiva), este será integralmente pago no mês seguinte.

Pelo projeto, os preços só poderão subir acima da estimativa oficial da inflação com aprovação da Câmara Setorial específica, e a livre negociação passa a ser o espaço para tratar dos ganhos reais dos salários.

As perdas salariais acumuladas desde março de 90, apuradas pelo INPC, devem ser repostas em dez parcelas mensais, e o abono de 1º de março último seria incorporado aos salários.

O projeto sobre o salário mínimo busca regulamentar o que está na Constituição: ele deve ser suficiente para atender às necessidades básicas do trabalhador e de sua família. O projeto cria uma comissão, integrada pelo IBGE, DIEESE e FGV, incumbida de definir a composição da cesta básica e a metodologia de aferição mensal dos preços.

O objetivo é fazer com que o salário mínimo progrida até atingir o valor da cesta básica, recebendo aumentos reais mensais equivalentes a 0,8% do valor da cesta. Já o reajuste nominal, correspondente à inflação em curso, será concedido também em função da variação da cesta, sempre que esta exceder a 10%.

Renda mínima

Uma iniciativa inovadora na área da distribuição de renda foi tomada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele apresentou um projeto de lei criando o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), cujo fim é beneficiar as pessoas com rendimentos brutos inferiores a Cr\$ 45 mil por mês - que é o valor da cesta básica. Pelo projeto, o governo complementar, todo mês, a renda dessas pessoas, pagando a metade da diferença entre o rendimento e o valor da cesta básica.

Por exemplo: um trabalhador que ganha Cr\$ 20 mil receberia uma complementação de Cr\$ 12.500,00, já que a diferença entre o seu salário e a cesta é de Cr\$ 25 mil - ele receberia a metade da diferença. Pelo projeto o valor da cesta seria reajustado nos meses de maio e novembro, ou a

cada vez que a inflação acumulada atingir 30%.

Sindicatos e negociações coletivas

A organização sindical e a negociação coletiva também são objetos de projetos de lei da bancada federal. A proposta de organização sindical, inspirada na CUT, garante a liberdade de associação dos trabalhadores, inclusive por local de trabalho. Pela proposta, a constituição de entidades sindicais depende apenas de decisão de assembléia geral dos interessados, e o registro será feito nos cartórios civis. Aos trabalhadores compete estabelecer e delimitar a base das categorias profissionais.

O projeto de negociação coletiva, também inspirado na CUT, prevê como instrumentos de contratação de direitos e obrigações os acordos, convenções e contratos coletivos de trabalho. O objetivo é regulamentar o processo de negociação, abrangendo os entendimentos tanto com empregadores privados como públicos. A negociação coletiva, atribuição das entidades sindicais, é considerada obrigatória para a apreciação de reivindicações sociais e trabalhistas, devendo ocorrer sempre que solicitada por uma das partes, não havendo recusa da parte requerida.

Reforma Agrária

O núcleo agrário da bancada federal (deputados Adão Preto, Luci Choinaski, Pedro Tonelli, Alcides Modesto e Valdir Ganzer) apresentou três projetos importantes para a Reforma Agrária. O primeiro define como propriedade improdutiva, e portanto sujeita a desapropriação, aquela maior de 60 módulos fiscais e que não tenha pelo menos quatro quintos (4/5) de sua área economicamente aproveitados. O segundo regulamenta o rito sumário nas desapropriações. E o terceiro estabelece regras para o confisco, para fins de Reforma Agrária, dos imóveis rurais com culturas ilegais de plantas psicotrópicas.

Modernização do Congresso

Duas propostas encaminhadas pelo PT foram transformadas em projetos de resolução pela Comissão representativa dos partidos, que está elaborando estudo para a reestruturação do Congresso. Uma delas acaba com o voto simbólico, pelo qual os líderes votam em nome de todos os deputados. A outra propõe, em todos os setores da Câmara, a contratação sem concurso público de cônjuges e parentes dos deputados em até 3º grau.

As propostas serão votadas pelo plenário da Câmara nos próximos meses.

Márcio Araújo
Assessor de Imprensa da Bancada

PREFEITURAS

SOS Janduís

Município administrado pelo PT passa fome e sede

Dentre os 28 municípios brasileiros sob administração do Partido dos Trabalhadores, um está a exigir, no momento, especial solidariedade de cada militante do PT.

É Janduís - encravado no sertão mais árido do Rio Grande do Norte -, cuja população, exauridos completamente os recursos da Prefeitura, passa fome e sede.

Chegou-se a essa situação por uma atitude deliberada das elites latifundiárias do Rio Grande do Norte, do governo estadual e do governo Collor que cortaram todos os convênios com o município e sabotam o repasse até dos recursos legais, como reação odiosa à opção da Prefeitura em levar às últimas consequências o programa do PT que reconhece no povo trabalhador o agente direto do exercício do poder.

Organizados numa Assembléia Popular - que congrega a representação das várias associações populares - o povo delibera livremente a política do executivo municipal, que a prefeitura petista cumpre.

Foi assim definida a prioridade dos recursos públicos: a atenção médica à população e a alimentação e educação das crianças, com resulta-

dos extraordinários na liquidação da mortalidade infantil e em uma alfabetização muito superior à média nacional. E não é só isso: o exercício do efetivo poder popular trouxe a Janduís uma efervescência política e uma oxigenação cultural que se traduziram numa vitória avassaladora de Lula, na campanha presidencial, e do candidato petista ao governo estadual, nas eleições do ano passado.

Desbancadas do poder político, as elites resolveram punir a "insolência" popular, aproveitando-se das terríveis dificuldades econômicas do município: sem fonte de renda, desde o extermínio da cultura de algodão pela praga do bicudo e submetida a uma seca permanente. Aproveitando-se da fome e da sede do povo, a oligarquia, com o apoio da mídia estadual, dedica-se à agitação contra a prefeitura, batendo na tecla do que "significa votar no PT". E esta agitação hipócrita - como se ela nada tivesse a ver com a secular exclusão social que a prefeitura petista procura combater - é levada a todos os municípios vizinhos para combater a simpatia que a experiência de Janduís havia alcançado.

Desde janeiro, Janduís se encon-

tra em estado de calamidade pública, decretado pelo Prefeito José Bezerra. Depois de muita insistência o companheiro conseguiu uma audiência com o governador do estado, que alegou dificuldades financeiras para não mover uma palha.

Por isso a prefeitura apela à solidariedade política de todos os companheiros do partido, enquanto procura desesperadamente estabelecer convênios de financiamentos com entidades particulares e governos estrangeiros, mas cujo retorno positivo é sabidamente demorado.

No momento trata-se de impedir a continuação da fome do povo, sob pena de não só nossos irmãos serem dramaticamente abatidos, mas também sob pena de vermos desacreditado e derrotado em Janduís o projeto que queremos vitorioso em todo o país.

Contribua agora mesmo com qualquer valor, depositando na conta bancária da prefeitura: Prefeitura Municipal de Janduís - Banco do Brasil - conta movimento nº31.416-1 Agência Augusto Severo CEP 59680 - Rio Grande do Norte.

Diretório Estadual do PT em Minas Gerais

Assinaturas coletivas

É a garantia do recebimento automático de todas as edições.

O esquema é muito simples: o núcleo, comissão ou diretório faz uma assinatura (12 edições) de 10, 20, 30 ou mais exemplares de cada edição. Paga uma única vez, com descontos que variam de 25% a 40%, e revende cada exemplar pelo preço de capa, gerando receita.

Assim, a assinatura fica valendo muito mais: o diretório paga uma única vez e garante o recebimento durante 12 edições. O preço de capa será reajustado de acordo com a inflação, e o diretório assinante venderá os exemplares pelos novos preços, corrigindo o investimento feito na assinatura.

EXEMPLARES	PAGAR	VALOR POR EXEMPLAR	PREÇO DE L CAPA ATUA	DIFERENÇA TOTAL PARA O DIRETÓRIO
10	Cr\$ 16.200,00	134,00	180,00	5.400,00
20	Cr\$ 30.600,00	127,00	180,00	12.600,00
30	Cr\$ 43.200,00	120,00	180,00	21.600,00
50	Cr\$ 67.500,00	112,00	180,00	40.500,00
100	Cr\$ 126.000,00	105,00	180,00	90.000,00

Não percam tempo: preencham o cupom abaixo, enviem com um cheque nominal ao PARTIDO DOS TRABALHADORES (ou vale postal) e garantam já a próxima edição.

Sede Nacional do PT - A/C Tesouraria/BN

R. Conselheiro Nébias, 1052 - CEP: 01203 - Campos Elíseos - São Paulo - SP

Assinatura coletiva do BN

Nome _____ Edição nº _____ a _____
Endereço _____ CEP _____ Estado: _____
Tesoureiro _____ Telefone _____ ()10 ()20 ()30 ()40 ()50 _____ exemplares
Cheque nº _____ Banco _____ Pré-datado para: ____/____/____
Vale Postal nº _____ Valor (cheque/vale postal): Cr\$ _____

O direito de morar

A solução para a questão habitacional exige posicionamentos políticos claros que apontem para mudanças estruturais na sociedade brasileira. A questão habitacional hoje é explosiva. Os movimentos sociais trabalham com a espantosa cifra de um déficit de 15 milhões de unidades e até mesmo as estimativas oficiais admitem a cifra de 10 milhões.

Porém, é preciso assinalar que o problema habitacional está vinculado à ausência de uma reforma agrária, que dê condições de permanência e sobrevivência no campo a ampla parcela da população, não expulsando-as para as grandes cidades à procura de melhores condições de vida; de trabalho e salário digno, onde haja a oportunidade de atender às suas necessidades básicas.

Aliado a esses fatores, o país atravessa a pior crise de sua história. Os problemas sociais se agravam assustadoramente em função de uma política econômica que penaliza duramente a

população de baixa renda, que sofre toda a gama de infortúnios como: fome, doenças que já deveriam estar erradicadas, desemprego (1 milhão só na grande São Paulo) e uma infinidade de outros problemas que se caracterizam como conseqüências das gritantes diferenças sociais.

Neste quadro a situação habitacional não poderia ser pior, os moradores das ruas, das favelas, dos cortiços, os sem-terra, representam a face trágica da questão social, reflexo

do descaso com que o governo vem tratando a problemática habitacional, ou seja, com a ausência total de políticas sociais públicas.

É preciso assinalar ainda que, a questão habitacional está estritamente vinculada, principalmente nas grandes cidades, ao problema da terra. Torna-se essencial romper com o círculo especulativo, onde grandes glebas estão constantemente à espera de valorização, com a chegada de serviços de infra-estrutura, expulsando cada vez mais a população de baixa renda para a periferia, que não apresenta as mínimas condições de habitabilidade. A terra, antes de tudo, deve ter uma função social, ou seja, atender a um dos direitos fundamentais do ser humano, o direito de moradia.

A definição de uma política habitacional para os segmentos dos espoliados economicamente, deve se inserir no âmbito dos direitos sociais. Não podemos admitir a submissão às regras do mercado capitalista. Refutamos a idéia de que a habitação seja colocada como uma mercadoria acessória, onde somente aqueles que detêm a possibilidade financeira de aquisição, possam, concretizar o direito de morar.

É no contexto explicitado, que os movimentos populares ligados à questão habitacional vem reivindicando soluções urgentes. No momento, com grande ênfase, deram início à luta pela criação do "Fundo Nacional de Moradia Popular", que

deverá subsidiar um projeto de iniciativa popular a ser entregue ao Congresso Nacional, com a coleta de cerca de 1 milhão de assinaturas de eleitores, dos Estados brasileiros. O projeto pretende estabelecer que o referido Fundo seja destinado à população de baixa renda, através de subsídios do Estado, onde as soluções coletivas advindas do cotidiano do conjunto dos trabalhadores possam ser concretizadas para resolver a grave situação habitacional dos brasileiros.

Dando continuidade a luta, nos dias 25 e 26 de maio de 1991, acontecerá na cidade de São Paulo a Plenária de entidades e movimentos populares ligados à questão da moradia, onde se definirá o conteúdo do projeto de lei de iniciativa popular. O evento será no Centro Pastoral do Belém, na rua Álvaro Ramos, 366 (ao lado do metrô Belém) das 9:00 às 17:00 horas.

Assim, a presença de todos aqueles comprometidos com a luta popular por uma vida mais digna, é fundamental. Participe.

Maiores informações:

FASE (011) 549-3888 ou 549-1307 - Márcia, Flávio e Priscila
Usina (011) 282-4279 - João Marcos

Câmara Municipal de São Paulo (011) 239-2493 - Neto

A SNMP também está à disposição dos militantes petistas dos movimentos nesta luta. Falar com Sonia na Sede Nacional do PT (011) 223-7999 ramal 226.



Resoluções do 7º Encontro Nacional do PT

- Documentos Preparatórios Para o I Congresso -

INSTRUÇÕES PARA PEDIDO:

Preço de venda para filiados e simpatizantes: Cr\$ 600,00

Preços por exemplar, de acordo com os prazos de pagamento:

20 dias: Cr\$ 400,00

30 dias: Cr\$ 450,00

40 dias: Cr\$ 500,00

Pedido mínimo: 10 exemplares

(*) Pedidos de 50 ou mais exemplares têm desconto adicional de 10% (pegando 50 exemplares, para pagar em 30 dias, o preço por exemplar cai para Cr\$ 405,00 - mais de 30% de desconto no total).

Basta preencher o cupom abaixo, enviá-lo junto com cheque nominal ao PARTIDO DOS TRABALHADORES,

pré-datado para 20, 30 ou 40 dias, mandando tudo para:

Sede Nacional do PT — A/C Tesouraria/Resoluções

Rua Conselheiro Nébias, 1052 - CEP: 01203 - Campos Elíscos - São Paulo - SP

Diretório: _____ CEP: _____ Estado: _____

Endereço: _____ Telefone: _____

Tesoureiro: _____ Telefone: _____

Quantidade de RESOLUÇÕES: _____ Prazo: _____ dias. Total a pagar: Cr\$ _____

Cheque Nº _____ Banco: _____ pré-datado para _____

Benedita da Silva fala sobre a participação dos militantes no 1º Congresso

Benedita da Silva, secretária nacional de movimentos populares adverte, em entrevista ao Boletim Nacional, que os militantes petistas dos movimentos populares não tem espaço real de participação no partido e propõe uma forma de organização que facilite a presença ativa destes militantes na vida partidária.

BN Como se organiza hoje a Secretaria Nacional de Movimentos Populares?

Benedita - A SNMP possui hoje cinco subsecretarias: mulheres, negros, ecologistas, lutas urbanas e portadores de deficiência. Após o 7º Encontro as sub-secretarias de assuntos educacionais, assuntos indígenas, energia e ciências e tecnologia passaram a fazer parte da Secretaria Nacional de Políticas Sociais por não estarem ligadas a movimentos populares.

As sub-secretarias possuem coordenações nacionais que discutem e encaminham suas propostas para o conjunto do Partido.

Temos também o Coletivo da Secretaria composto por companheiros das várias sub-secretarias e convidados de movimentos e entidades que funciona como uma assessoria e que juntos decidimos os trabalhos e as prioridades da Secretaria como um todo.

Temos duas prioridades na Secretaria. Uma é o trabalho junto às Secretarias Estaduais de Movimento Popular e outra é a tentativa de articular os petistas dos diversos movimentos visando uma atuação no sentido de elaborar políticas setoriais para que estas sirvam de referência política nas nossas frentes de atuação.

BN - Qual tem sido a prática das Secretarias Estaduais de Movimentos Populares?

Benedita - As Secretarias Estaduais de Movimentos Populares, nas oportunidades que tive para debater nas diversas regiões ainda têm uma existência formal, por diversas razões que podemos enumerar: Por uma avaliação política equivocada, as direções partidárias quase em todo lugar, consideram secundária toda ação política que não se dão ao nível do embate capital X trabalho, privilegiando o apoio político à área sindical. É como se os trabalhadores não morassem em bairros desprovidos de infra-estrutura, não tivessem problemas com aluguel, com prestações da

casa própria, ou com transportes etc. Mais grave ainda, é como se o problema da discriminação contra a mulher e o negro não fossem a tônica de uma sociedade autoritária, machista e racista, como se o capitalismo não tivesse a sua face, talvez a mais perversa, nas condições de reprodução da população. O capital expressa suas relações sociais e de dominação para o conjunto da sociedade, e se não entendermos essa amplitude a nossa política será estreita e não responderá aos desafios que estão colocados. Há companheiros que nos consideram minoria. Pergunto, é minoria quem hoje representa mais de 50% da população brasileira? Nosso partido não foi criado para ser a voz daqueles que não são ouvidos?

Certamente por consequência do equívoco político mencionado as direções estaduais têm dado pouca ênfase à dimensão política sobre a nossa presença nos movimentos populares. A consequência é fácil deduzir: os militantes petistas dos movimentos populares não tem espaço real de participação no partido. O partido literalmente desconhece o que os seus militantes fazem nos movimentos (ou deixam de fazer) e em muitas situações, por falta de política, os militantes agem de forma dispersa nos movimentos, quando não, até mesmo de forma antagônica e conflitante. É preciso com urgência, reverter este quadro, colocando com destaque no cenário político interno (no partido) e com o conjunto da sociedade o debate das condições de vida e reprodução e o exercício básico da cidadania.

BN Qual seria, na sua opinião, a melhor forma dos militantes dos movimentos populares participarem nas instâncias partidárias?

Benedita - Quero destacar a estreita possibilidade de organização a nível partidário. Explico melhor, hoje no quadro das discussões do nosso congresso, defendo a possibilidade dos militantes se organizarem por núcleos a partir de sua inserção nos movimentos sociais, da mesma forma como se faz a partir das categorias profissionais, locais de trabalho ou moradia. Esta possibilidade de organização certamente facilitará a presença mais ativa dos militantes dos movimentos sociais na vida partidária, ampliará a presença de milhares de simpatizantes que hoje não participam da vida política no partido por falta de espaços adequados e por fim facilitará o trabalho dos secretários dos movimentos populares a nível nacional e estadual, que poderá com mais facilidade articular as diversas políticas (mulher, negro, movimento comunitário, e outros segmentos discriminados da sociedade) para o conjunto do debate político do partido,



saindo do gueto, da discussão específica de interesse das "minorias". Por último quero destacar o prejuízo que a prática de tendências tem ocasionado no partido. Muitas vezes a escolha das Secretarias Estaduais é resultado da proporcionalidade entre tendências e não do melhor quadro para o exercício da tarefa. Acresce a esta distorção, outra ainda mais grave, que representa a prática de políticas de tendências nos movimentos sociais, independentemente das discussões e resoluções tomadas a nível partidário.

BN - Como superar esses impasses e como o 1º Congresso do Partido deveria tratar esse tema?

Benedita - Sou favorável à realização de encontros setoriais dos movimentos sociais para tirar delegados diretamente ao 1º Congresso. Evidentemente, o militante que participasse deste encontro não poderia participar de nenhuma outra instância para discussão ou escolha de delegados ao Congresso. A Secretaria Nacional, em conjunto com as regionais podem desempenhar um papel coordenador desses debates e encontros. No decorrer do mês de maio faremos uma proposta a nível nacional neste sentido.

Devemos, desde já, estabelecer um amplo debate partidário sobre as nossas propostas políticas para a sociedade no que concerne a: 1) a cidadania e as diferentes formas de discriminação social e cultural; 2) os direitos da cidadania e os serviços públicos; 3) a reforma do Estado, dos partidos e dos movimentos sociais e a ética; 4) Nossas propostas para a conjuntura, nosso desempenho nas prefeituras e a política de alianças.

Esses temas devem ser amplamente debatidos com a sociedade e servirão como subsídio à preparação de nosso Congresso, possibilitando ao Partido a formulação dessas políticas.

Pretendemos também, no decorrer de maio e junho, apresentar proposta no sentido da realização desses debates em diversos Estados e, desde

já me coloco à disposição das direções estaduais, municipais e da militância para o debate desses e de outros temas para a preparação do nosso Congresso (como minha presença não será possível em todas as situações, conto com a assessoria de companheiras e companheiros que poderão me representar)

Ênfase também deve ser dada à política de alianças como uma visão estratégica do nosso Partido, consolidando neste sentido as resoluções políticas do nosso V Encontro Nacional. É preciso combater uma visão muito comum no nosso partido, de exigir de quem fazemos alianças, a aceitação de propostas que os tornaria iguais a nós, ou em outras situações "atestados de bons antecedentes e de pureza político ideológica". É preciso que fique bem claro uma questão básica: nós não chegaremos a implementar nossas propostas e a exercer parcelas de poder a nível institucional, sem o apoio e a participação de amplos segmentos da sociedade e de suas representações políticas e ideológicas. O problema principal não é exigir dos nossos aliados afirmação de princípios que são nossos, mas é a capacidade de na prática estabelecermos programas comuns de interesse da maioria da população, e nesse trabalho, quando for social e politicamente possível, ter a hegemonia. Esta, não se estabelece por decreto, nem tampouco são resultado de nossa vontade. A população precisa reconhecer em nós, o que já ocorre, a proposta política mais clara e ética, mas é preciso na mesma intensidade, que nos reconheça também com a mais viável para nosso contexto. Nesta direção, nossas companheiras e companheiros que estão a frente de Executivos Municipais tem dado exemplo de competência e seriedade na aplicação das propostas partidárias na resolução das questões que afligem a maioria da população.

BN - qual o seu recado para os militantes petistas que atuam nos movimentos sociais?

Benedita - Que prossigam com dinamismo na luta pela construção de um partido de massas amplo, democrático e socialista. Vamos fazer desse Congresso, um amplo e livre espaço de discussão partidária, em que as eventuais divergências e pontos de vista não sejam tratados com intolerância e sectarismo. O Partido é de todos nós e precisamos fazer isto valer com a nossa presença e participação com todos os fóruns. Da nossa parte, continuaremos a fazer um grande esforço para ampliar os critérios de participação, de maneira que os militantes dos movimentos sociais possam tirar delegados diretamente ao Congresso.